

**Parecer nº 189/99**

Data: 1999.11.17

Processo nº 754

**Requerente:** Direcção-Geral da Administração Educativa

1. A Direcção-Geral da Administração Educativa solicitou parecer a esta Comissão sobre a qualificação dos currículos dos candidatos a equiparação a bolseiro, no ano lectivo de 1999/2000, na sequência de pedido de acesso a tais documentos por parte da candidata não abrangida pela contingentação anual, Isidora Moreira da Costa Padrão, e da notificação pelo Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, no âmbito do processo nº 763/99, 2ª secção, para responder ao pedido de intimação para passagem de certidão apresentado por aquela candidata, nos termos do artigo 82º da Lei de Processo dos Tribunais Administrativos.

De cada currículo consta a identificação, a residência, o local de exercício de funções, a categoria profissional e o grupo de docência a que pertence, o registo biográfico, a formação académica, científica e técnica do docente acompanhada dos respectivos certificados comprovativos, a área do projecto de tese a apresentar instruída com os pareceres dos orientadores de tese, a tese de doutoramento, o projecto, seu desenvolvimento e bibliografia consultada para o desenvolvimento dessa tese.

Como é indicado pela Direcção-Geral da Administração Educativa, «estamos perante um concurso de concessão de equiparação a bolseiro para o desenvolvimento de uma tese de doutoramento, na mesma área da tese apresentada pela requerente e em áreas diversas, consoante os grupos de docência, e (que) do currículo de cada candidato consta essa tese, ou seja, esse projecto específico de investigação científica», pelo que foram suscitadas as seguintes dúvidas:

- “a) como qualificar os documentos solicitados (currículos profissionais dos quais constam os textos dos projectos de tese de doutoramento);
  - b) qual a natureza dos dados a revelar e a possibilidade da sua revelação mediante reprodução por fotocópia;
  - c) se nos encontramos numa área onde se torna aceitável a protecção pelo segredo e confidencialidade de matérias que uma vez objecto de divulgação a terceiros seriam susceptíveis de lesar bens merecedores de tutela;
  - d) e, caso se entenda que devem ser divulgados, se (não) é necessária a autorização escrita desses terceiros para a sua reprodução por fotocópia”.
2. Em primeiro lugar cumpre averiguar se a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) é competente para conhecer do pedido de parecer.

Cabe-lhe emitir parecer a pedido da Administração sobre o acesso aos documentos nominativos [artigo 20º/1/c) da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos - Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela 8/95, de 29 de Março e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho] e sobre a aplicação do regime de acesso aos documentos administrativos [20º/1/f) da mesma Lei].

A Direcção-Geral da Administração Educativa é um serviço do Estado que exerce funções administrativas, pelo que o acesso aos documentos aí originados ou detidos é regulado pela LADA (artigos 2º e 3º). Todavia, o artigo 2º/2 esclarece que o regime do exercício do direito dos cidadãos a serem informados pela Administração sobre o andamento dos processos em que sejam directamente interessados e a conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas consta de legislação própria.

Assim sendo, compete a esta Comissão emitir parecer sobre o acesso aos documentos administrativos fora do procedimento administrativo: «o acesso a documentos constantes de processos não concluídos ou a documentos preparatórios de uma decisão é diferido até à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a sua elaboração» (artigo 7º/4).

No pedido de parecer indica-se expressamente que o acesso solicitado se enquadra no âmbito dos artigos 62º e 63º do Código do Procedimento Administrativo.

3. Os currículos profissionais contêm, como indicado antes, a identificação a residência, o local de exercício de funções, a categoria profissional e o grupo de docência, o registo biográfico, a formação académica, científica e técnica do docente acompanhada dos respectivos certificados comprovativos, a área do projecto de tese a apresentar instruída com os pareceres dos orientadores de tese, a tese de doutoramento, o projecto, seu desenvolvimento e bibliografia consultada.

Os elementos apontados afiguram-se não nominativos à luz da LADA: são suportes de informação sem «dados pessoais» (informações sobre pessoa singular com apreciações, juízos de valor ou abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada). Em diversos pareceres a CADA tem-se pronunciado no sentido de considerar não nominativos os dados respeitantes à identificação, à morada, à categoria profissional e à formação dos funcionários. Considera-se que os elementos identificativos e curriculares não conterão em si próprios apreciações, juízos de valor ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada mas sim dados que permitam uma apreciação objectiva. Visando a LADA a transparência do funcionamento da Administração através do «arquivo aberto», dificilmente se poderia justificar que como regra se promovesse o fecho das portas da Administração ao acesso às informações que ao serem apreciadas e confrontadas entre si pelos administrados permitirão, decerto gradualmente, ajuizar sobre a justeza, igualdade e imparcialidade do funcionamento administrativo.

Aliás, os dados indicados que constam dos currículos profissionais dos docentes são objecto de publicidade em diversas alturas.

Poder-se-á questionar se a área do projecto de tese instruído com os pareceres dos orientadores e, em especial, o projecto de tese e seu desenvolvimento devem ser objecto de divulgação. Poderia alegar-se que a sua divulgação teria por inconveniente o conhecimento por terceiros «concorrentes». Isso poderia acontecer particularmente quanto ao projecto de tese, ao seu desenvolvimento e bibliografia consultada. Mas não parece que tais objecções procedam. Pelo contrário, será talvez do interesse de todos e da investigação em geral que aquele que pretenda iniciar um estudo de fundo sobre uma matéria conheça se há mais alguém a analisar um dado tema, em determinados aspectos, pois poderá justificar-se então a opção por outra matéria ou por outros aspectos do tema.

Em todo o caso não nos encontramos perante dados pessoais (apreciações, juízos de valor ou abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada) na perspectiva da LADA.

Não se tratando de documentos nominativos, escusado será apreciar a verificação dos requisitos para o acesso por terceiro (só neste caso seria necessária a autorização escrita ou a demonstração de interesse directo, pessoal e legítimo (artigo 8º).

4. Tendo-se concluído que os dados objecto do parecer têm natureza não nominativa, a resposta à pergunta sobre a possibilidade do seu acesso fica quase respondida.

O artigo 7º, nº 1 contém o principio geral do regime de acesso: todos têm direito à informação mediante o acesso aos documentos de carácter não nominativo.

Tratando-se de documentos não nominativos, qualquer pessoa pode conhecê-los quando já houver «tomada de decisão, arquivamento do processo ou o decurso de um ano após a sua elaboração»; salvo se puser em risco a segurança interna ou

externa (artigo 5º) ou o segredo de justiça (artigo 6º) ou segredos comerciais (artigo 10º), o que manifestamente não sucederá neste caso.

5. No que toca à possibilidade de revelação documental por meio de fotocópia, isso é expressamente admitido pela lei. O artigo 12º da LADA estipula que o acesso se exerce através de consulta gratuita nos serviços, ou através de reprodução por fotocópia ou por outro meio técnico, ou através da passagem de certidão. A opção quanto ao meio de acesso cabe ao interessado, sendo devidos os custos fixados no caso de não se optar pela consulta (gratuita).
6. A Direcção-Geral da Administração Educativa questiona se é aceitável a protecção pela confidencialidade de matérias que após divulgação podem ser susceptíveis de lesar bens merecedores de tutela.

Ao permitir-se o acesso aos documentos não se afasta a possibilidade de as informações assim obtidas poderem vir a ser abusivamente utilizadas. A lei, naturalmente, estabelece sanções para o caso de isso acontecer.

Todavia, não se atribui à Administração o poder para decidir o que deve ser mantido em segredo quando a lei não o admita. Deve assegurar-se o segredo nos casos previstos nos artigos 5º e 6º, para além do regime dos documentos nominativos, e «pode» sê-lo no caso do artigo 10º. Nos restantes casos a lei não o permite; pelo contrário, proíbe-o (dado o princípio da competência). Poderão então ser aplicáveis as regras de responsabilidade previstas na lei.

7. A emissão do presente parecer justifica-se enquanto esclarecimento sobre a interpretação da LADA pela Administração. Não relevará, pois, nos casos em que não esteja em causa o regime de acesso aos documentos administrativos o que sucede quando a pretensão de documentos se enquadre no âmbito do procedimento administrativo ou, identicamente, quando estiver em causa a apreciação jurisdicional desse procedimento.

8. Nos termos expostos, e tendo em conta o regime de acesso previsto na LADA, esta Comissão é de parecer que os currículos profissionais anexos ao pedido de equiparação a bolseiro são documentos não nominativos pelo que qualquer pessoa pode ter acesso aos mesmos, inclusive por meio de reprodução por fotocópia, não podendo a Administração assegurar o segredo do documento salvo nos casos em que a lei o permita.

Lisboa 17 de Novembro de 1999.

*Renato Gonçalves (Relator) – José Magalhães – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Branca Amaral – Amadeu Guerra– Castro Martins (Presidente)*